



Refletindo sobre ética, justiça e democracia em sala de aula através da discussão de dilemas morais: um estudo brasileiro

POR MAYRA MARQUES DA SILVA GUALTIERI-KAPPANN Y
ALONSO BEZERRA DE CARVALHO

mayragualtieri@hotmail.com
alonsoprofessor@yahoo.com.br

Refletir sobre ética, justiça e democracia em sala de aula significa entrar em contato com as concepções e questões éticas e morais do ser humano e com os problemas da vida contemporânea, como educação, política, vida em sociedade e desenvolvimento humanamente sustentável, temas e dilemas recorrentes no interesse humano desde a antiguidade. Pensar sobre qual é a natureza do ser humano, os objetivos de sua existência em sociedade e de seus atos, bem como os meios usados para atingi-los sempre foi e será um tema de interesse da filosofia, sociologia, psicologia e áreas afins, uma vez que é impossível separar o homem e sua conduta, seu modo de viver e de se organizar, suas escolhas e os resultados sociais e econômicos delas advindos (MIRANDA, 2004).

Desta forma, em qualquer lugar do mundo ou época da história em haja homens agindo em grupo, nós nos depararemos com problema e dilemas de natureza ética e moral. Em qualquer tempo que queiramos questionar ou refletir sobre a manutenção da vida, o viver em comunidade, as questões de justiça, igualdade, direitos e deveres voltaremos à baila com as questões fundamentais sobre o que compreendemos por ética, justiça e democracia em nossa sociedade e em que mundo e de que modo educamos os cidadãos que dela fazem parte.

A educação escolar é um fenômeno social que está vinculado ao contexto cultural e político da sociedade da qual faz parte. Ela se constitui como um sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização que estão ligadas às demais práticas sociais vigentes (LIBÂNEO, 1994). Para Kappann (2011), o processo educativo que se desenvolve na escola pela instrução e



pelo ensino consiste na assimilação de conhecimentos e experiências acumuladas pelas gerações anteriores no decurso do desenvolvimento histórico e social e através dele as novas gerações recebem os valores sociais e culturais do país em que vivem e de seus antepassados. Neste aspecto, a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade e também na formação individual de seus membros. Ao possibilitar aos alunos os conhecimentos culturais, sociais e científicos a escola socializa o saber e capacita os cidadãos, contribuindo para a democratização e a transformação política da sociedade.

O caráter relativamente conservador que a escola tradicional de nosso dias conserva subestima seu papel social e político ao se preocupar prioritariamente com as questões das práticas pedagógicas em si mesmas, não atentando para o seu papel de fomento ao questionamento, ao pensamento crítico sobre as relações possíveis entre conhecimento e poder, ou entre cultura e política. Permanecendo estritamente atenta aos objetivos imediatos dos alunos e das instituições - ao que podemos somar não só as exigências com o conteúdo a ser ministrado no curto tempo disponível de aulas com os alunos, mas também as exigências de desempenhos em provas de avaliação de qualidade do ensino, vestibulares e congêneres - , a escola baseia-se, muitas vezes, em princípios de aprendizagem que podem estar distorcidos de sua função e fundamentação original, acabando por tratar a educação como algo a ser consumido, transformando as escolas em locais meramente instrucionais, em que os professores atuam como meros transmissores de informações.

Acreditamos que os objetivos da educação sejam mais amplos e que devem incluir, além da preocupação com a formação acadêmica científica tradicional de qualidade, uma atenção integral à formação do ser humano, enquanto sujeito ético, político e agente de transformação social de seu tempo. Essa noção de educação, tal como pensara Platão (1999), deveria basear-se em uma *episteme* (ciência) e ultrapassar o plano instável da opinião (*doxa*) e incluir a política, que deveria deixar de ser o jogo fortuito de ações motivadas por interesses para se transformar numa "ação iluminada pela verdade e um gesto criador de harmonia, justiça e beleza" (PLATÃO, 1999, p.13). E esta política não



deve limitar-se à prática, que para Platão (1999) é insegura e circunstancial, mas deve pressupor a investigação sistemática dos fundamentos da conduta humana, como Sócrates ensinara, e de suas bases, que não se limitariam ao plano psicológico e ético, mas aos fundamentos das ações e que requerem uma explicação global da realidade na qual as ações ou condutas se desenvolvem.

Pesquisando sobre a Educação e formação de educadores na contemporaneidade encontramos o relato muitos professores que gostariam de preparar seus alunos para a vida em sociedade, não somente para uma competência técnica das matérias específicas, mas homens e mulheres de valores e princípios que tivessem atitudes mais assertivas, fossem capazes de decisões mais sábias e justas e viver de modo mais harmonioso em sociedade. Todavia, muitos desses professores relataram que não se sentem preparados para tratar de temas éticos em sala de aula, bem como não tiveram uma formação adequada para trabalhar tais temas com seus alunos.

Assim, quando pensamos em ética e educação, ética e produção do conhecimento, e, por consequência, a escola e a educação como um todo, pensamos justamente na possibilidade da educação estruturar-se de tal forma que favoreça a formação ética e também científica dos alunos. Pensamos em formas de como a educação poderia se firmar enquanto morada íntegra da formação, enquanto morada do ser humano, berço dos novos cidadãos, constituintes sociais e políticos do nosso tempo.

Assim, refletindo sobre a questão do ensino da ética e, conseqüentemente, da educação moral de nossos alunos e educadores, nos deparamos com muitos dados, angústias e questionamentos. De um lado temos diversas pesquisas evidenciando que o modo como nossa educação formal está estruturada, voltada prioritariamente para o conhecimento técnico-científico, parece estar produzindo pouco efeito no que diz respeito ao desenvolvimento moral e à formação de suas competências em seus estudantes. Um dado alarmante é que, nas pesquisas atuais com universitários, os índices de competência moral regridem com o passar dos anos da formação acadêmica, evidenciando que eles saem das universidades com muito aparato teórico e poucas habilidades para julgar e agir de acordo com seus valores e princípios. Estes dados



evidenciam uma dificuldade dos alunos no exercício da reflexão e da aplicação dos valores morais às ações e decisões cotidianas práticas (GUALTIERI, 2010).

Kohlberg (1975) considerava a educação moral como uma oportunidade única para o desenvolvimento e para a evolução dos indivíduos enquanto pessoas e enquanto cidadãos. Pare ele, moral e democracia são, de certo modo, a mesma coisa, uma vez que podemos compreender a democracia como uma ausência de tiranos e um respeito natural pela liberdade, justiça e outros princípios morais. Na tirania se impõe o que deve ser feito. Na democracia é necessário pensar por si mesmo, argumentar, discutir, negociar. Ainda quando todos estão de acordo que a justiça é o princípio correto, as pessoas podem ter diferentes opiniões sobre qual é a solução mais correta frente aos conflitos. Para tanto, é necessário ser capaz de negociar, mesmo quando há o choque entre várias emoções e interesses. Esta é capacidade democrática e a virtude primordial do cidadão enquanto alguém que guia suas ações por princípios morais, discute as diferentes percepções e conclusões com qualquer pessoa, mesmo com seus inimigos, permite a livre participação e discussão, aprendendo com os outros, defendendo a sua liberdade e a dos demais, guiando suas ações pelos princípios morais, num contínuo processo de aperfeiçoamento, no qual nunca se chegará à perfeição (LIND, 2007). Assim, uma conduta moral-democrática madura não depende só dos ideais morais ou dos propósitos das pessoas, mas sobretudo, de sua capacidade de aplicar de maneira consistente e detalhada essas ideias nas situações de sua vida cotidiana.

Então, nos questionamos: como estas competências morais, definidas por Kohlberg (1958) como “a capacidade de tomar decisões e julgar moralmente (isto é, baseado em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos.” (p. 425) poderiam se desenvolver? Ou, como fazer com que os valores e princípios morais se traduzam em ações morais e éticas? E ainda, como nosso sistema educacional poderia contribuir para o ensino da ética, justiça e da democracia em sala de aula? Haveriam estratégias de intervenção comprovadamente eficazes para tal propósito? Como inseri-las no contexto pedagógico real brasileiro, já tão sobrecarregado de tarefas, cronogramas apertados e planos de ensino, de modo a torná-las possíveis na educação? E ainda, como



saber se as intervenções propostas funcionaram? Quais os parâmetros reais para avaliarmos se houve ou não sucesso em nossos programas educacionais no que tange ao desenvolvimento moral?

Refletindo sobre isto, aprofundamos nossos questionamentos filosóficos e nos aproximamos da grande dúvida de Mênon a Sócrates: mas "a virtude é coisa que se ensina? Ou não é coisa que se ensina mas que se adquire pelo exercício? Ou nem coisa que se adquire pelo exercício nem coisa que se aprende, mas algo que advém aos homens por natureza ou por alguma outra maneira?" (PLATÃO, 1978, Mênon, 70a - 74b).

Para Carvalho (2013), "O desafio para a educação contemporânea é estar aberta a possibilidades renovadas de formação e de práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade (CARVALHO, 2013, p.10)." Acreditamos que a nossa tarefa é pensar sobre isto e oferecer alguma contribuição ao cuidado da formação em nossas escolas e da educação como um todo. Certamente, as respostas a estas questões não são fáceis, absolutas ou verdades imutáveis (CORTELLA, 2011). Talvez sequer possamos falar em respostas, mas em reflexões e inferências que podemos fazer à luz das mudanças históricas, sociais e culturais pelas quais passamos enquanto sociedade e da compreensão que temos destes fenômenos nos dias de hoje, aliadas às contribuições que gostaríamos de dar de nossa parte, oriundas dos campos da Filosofia, Psicologia e Educação que temos estudado. Acreditamos que a interdisciplinariedade dos saberes destas ciências pode resultar frutífera nesta investigação de tão grande responsabilidade.

Pensar em uma educação democrática pressupõe compreendermos a escola um espaço de saber e de viver. Uma *ágora*¹ em que a livre discussão, o respeito mútuo, a divisão das responsabilidades, justiça e a equidade possam ser vivenciados por todos, na construção de um dia-a-dia sustentável em grupo, uma comunidade em que professores e alunos possam viver juntos a experiência do respeito mútuo, da cidadania, da

¹ *Ágora*: praça pública onde se realizavam as assembleias políticas na Grécia antiga.



organização política e social em torno de bens comuns e da resolução dos conflitos cotidianos que inevitavelmente surgem do convívio entre humanos diferentes entre si, sem que recursos não democráticos como uso da violência, seja ela física, psíquica ou política - por imposição do poder e de cargos, por exemplo - sejam aceitáveis.

Assim, o desafio de pensar uma educação nestes moldes no contexto da realidade brasileira exige uma abordagem que considere o desenvolvimento e promoção da reflexão crítica, da responsabilização, da avaliação de pontos de vistas diferentes necessária para a vida em sociedade. Se a Educação se empenha em formar/instrumentalizar o sujeito para que ele ocupe seu papel de cidadão autônomo e solidário, com direitos e deveres, que conviva em dada sociedade, num tempo e espaço, temos que nos dispor a efetivar práticas educacionais mais consistentes e eficazes para estas finalidades. Não temos uma resposta conclusiva à pergunta de Mênon a Sócrates. Por ora, acreditamos que a virtude é coisa que se pode exercitar e, desta forma, ser "ensinada" em sala de aula. Trabalhar discussão de dilemas com os alunos e professores pode ser uma forma viável para este propósito.

Desta forma, como parte do programam de Doutorado em Educação da UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Marília, estamos realizando uma pesquisa junto a professores do Ensino Médio de uma escola brasileira. A instituição e os professores foram convidados, num primeiro momento, a participar da pesquisa, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Pesquisa (TCLE), que, dentre outros aspectos éticos e metodológicos, explicava sobre a participação dos professores nas discussões a serem realizadas e garantia a confidencialidade de suas identidades e dados/opiniões expressas. A primeira atividade da pesquisa foi reunir os professores participantes em um Grupo Focal para discutir sobre suas dificuldades e propostas para o ensino e da vivência dos valores éticos em sala de aula nos moldes do Grupo Focal. O Grupo Focal é uma técnica de coleta de dados utilizada em pesquisas qualitativas para analisar as opiniões, crenças, percepções e atitudes dos sujeitos em relação a um assunto e suas reações frente a um grupo de pessoas (KRUEGER, 1988).



Esta etapa da pesquisa contou ainda com a realização do MJT_xt (*Moral Judgment Test – extended version*), teste psicológico elaborado para uso em pesquisas e projetos de avaliação e tem se mostrado muito útil para mensurar os efeitos de programas de desenvolvimento moral. Através dele se pode medir e comprovar a capacidade de juízo moral, dado imprescindível para a avaliação dos programas de educação moral das escolas e do desenvolvimento moral de seus alunos, quando comparados aos seus pares, acessando a competência de juízo moral de sujeitos, avaliando em que medida o grupo é capaz de avaliar a qualidade dos argumentos morais ou fica preso às suas próprias opiniões (BATAGLIA, 2010). O teste foi reaplicado ao final da pesquisa e serviu como um dos parâmetros de avaliação da intervenção realizada, juntamente com a pós-avaliação realizada pelos próprios participantes acerca da metodologia proposta e de suas próprias percepções ao longo desta experiência de pesquisa.

Na etapa das discussões de dilemas morais propriamente dita, ou de intervenção, cinco rodadas de discussão de dilemas morais foram realizadas junto a professores. O objetivo era exercitar o raciocínio acerca de temas éticos do nosso cotidiano e verificar se este poderia ser efetivo para a prática em sala de aula. Nas discussões, a importância era argumentar sobre seus pontos de vista, considerando a divergência de opiniões a serem respeitadas, realizando um exercício hipotético de democracia, buscando eleger uma solução comum ao grupo. O último momento, denominado pós-intervenção, contou com a reaplicação do MJT_xt e a avaliação das atividades realizadas e o método proposto segundo a opinião dos professores, expressa em nova reunião de grupo focal. A avaliação destas atividades foi realizada a partir da perspectiva de avaliação dos professores participantes e do teste psicológico disponível para esta finalidade e teve como objetivo refletir sobre qual a viabilidade do método proposto e se este seria adequado para pensar as questões de éticas na escola. O estudo e análise dos dados obtidos nesta experiência ainda está em curso e se faz através da análise da evolução das discussões, seguidas de algumas reflexões sobre o estilo filosófico empregado em cada conjunto de argumentos propostos pelos participantes. Avaliamos ainda se, à luz da psicologia do desenvolvimento, e das habilidades que o MJT_xt pode mensurar, houve alteração nos níveis de competência moral dos participantes para mais ou para



menos. Análises paramétricas e não paramétricas dos dados obtidos estão sendo realizadas e serão posteriormente apresentadas.



Referências

BATAGLIA, P. U. R. A validação do Teste de Juízo Moral (MJT) para Diferentes Culturas: o caso brasileiro. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 1, p.83-91, abr. 2010.

CARVALHO, A. B. A sala de aula e a relação professor-aluno: paixão, ética e amizade na prática pedagógica. **Tese de Livre Docência** - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2013.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUALTIERI, M. M. S. Uso de álcool e competência moral em universitários. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

KOHLBERG, L. **The development of modes of moral thinking and choice in the years 10 to 16**. 1958. Tese (Doutorado) - University of Chicago, Illinois, EUA, 1958.

KRUEGER, R. A. **Focus group: a practical guide for applied research**. Newbury Park: Sage Publications, 1988.

LIND, G. **La moral puede enseñarse: manual teórico-práctico de la formación moral y democrática**. México: Trillas, 2007.

MIRANDA, D. S. Ética e Cultura: um convite à reflexão e à prática. In: MIRANDA, D. S. (Org.). **Ética e Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p.11-15.

PLATÃO. **Diálogos I**. Mênon - Banquete - Fedro. Tradução direta do grego Jorge Paleikat. Estudo bibliográfico filosófico Paul Tannery. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1978.